



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

566

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 06 / 08 / 1996
C	Rubrica

Processo nº : 10880.020791/93-34

Sessão de : 26 de abril de 1995

Acórdão nº : 202-07.690

Recurso nº : 97.303

Recorrente : DENVER ELETRODOS SOLDA E MÁQUINAS LTDA.

Recorrida : DRF em São Paulo - SP

IPI - OMISSÃO DE RECEITAS. - Cabível a exigência do IPI de estabelecimento industrial. Legitimidade da correção monetária sobre a multa imposta. Precedentes deste Conselho. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DENVER ELETRODOS SOLDA E MÁQUINAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1995

Helvio Escovedo Barcellos
Presidente

Daniel Corrêa Homem de Carvalho
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Elio Rothe, Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Oswaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho, Tarásio Campelo Borges e José Cabral Garofano.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10880-020791/93-34
Acórdão nº : 202-07.690
Recurso nº : 97.303
Recorrente : DENVER ELETRODOS SOLDA E MÁQUINAS LTDA.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de autuação por tributação dita reflexa decorrente de ação fiscal da esfera do IRPI. A autuada infringiu os arts. 347 combinado com o 343 parágrafos 1º e 2º, do RIPI/82, sendo objeto de lançamento de ofício, conforme determinam os artigos 53 e 59 do RIPI/82.

Na impugnação alega a autuada que:

- a) em direito tributário não existem dispositivos expressos que regulam a prova nos processos fiscais, ficando a matéria a cargo da doutrina e da jurisprudência;
- b) nos casos em que a presunção autoriza o lançamento, ainda assim, é feita a notificação ao contribuinte, respeitando-se a seqüência legal do processo;
- c) indício não basta para fazer presumir a liquidez e a certeza da sonegação, não podendo ser exigido o crédito tributário, enquanto não for comprovada a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária. Na defesa desta tese cita jurisprudência judiciária;
- d) não é admissível à multa aplicada ser imposta correção monetária, já que a mesma provém do inadimplemento da obrigação fiscal. Trata-se de caso de previsão legal;
- e) quanto às questões de prova, que sejam juntados documentos.

A decisão recorrida indeferiu a impugnação sob os seguintes argumentos:

- a) foi comprovado na esfera do IRPJ a omissão de receitas tributáveis sobre as quais também incide sobre o IPI (art. 343, parágrafos 1º e 2º, do RIPI/82) a multa do art. 364, II, do RIPI/82;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10880-020791/93-34

Acórdão nº : 202-07.690

b) que a argumentação da impugnação cinge-se à questão da teoria de prova no lançamento fiscal sem trazer fatos novos que possam afastar a acusação; e

c) a jurisprudência do Segundo Conselho segue a linha da acusação, acatando a legitimidade da exigência do imposto.

Quanto às multas fiscais, sejam moratórias ou primitivas, sujeitas à correção monetária, conforme se depreende da exegese dos artigos 362 e 386 do RIPI/82.

Irresignada, a empresa recorre a este Conselho sob os mesmos argumentos da impugnação.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10880-020791/93-34
Acórdão nº : 202-07.690

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO

Não merece reparos a decisão recorrida.

A recorrente, apesar de haver protestado pela produção de provas, jamais as trouxe nos autos.

Como bem disse a autoridade fiscal recorrida, a contribuinte não atacou, em momento algum, a matéria de fato, objeto da autuação.

Clara está a infringência dos artigos 343, parágrafos 1º e 2º, do RIPI/82, cabendo a multa do artigo 364, II, do mesmo diploma.

Quanto à possibilidade de correção da multa imposta, entende também assistir razão aos argumentos do Fisco.

Aplica-se a norma dos artigos 362 e 386 do RIPI/82.

Farta é a jurisprudência deste Conselho quanto à matéria.

Isto posto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1995


DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO